

Biblioteca Centro de Memória - UNICAMP



CMUHE015071

BELDA, Francisco. Mudança em lei ameaça preservação de matas: congresso começa a votar novo Código Florestal, que pode prejudicar recuperação ambiental de áreas em Campinas. Correio Popular, Campinas, 11 maio 2000.

Mudança em lei ameaça preservação de matas

► Congresso começa a votar novo Código Florestal, que pode prejudicar recuperação ambiental de áreas em Campinas

FRANCISCO BELDA

francisco@cpopular.com.br

A preservação de centenas de milhares de hectares de florestas nativas e a recuperação das matas ciliares de rios, lagos e lagoas além de diversos outros pontos referentes à condução da política ambiental no País estarão tendo seu futuro definido hoje em Brasília (DF), quando o Congresso Nacional começa a votar o projeto de lei que altera substancialmente as disposições do Código Florestal.

A matéria, amplamente discutida nos últimos meses, opõe os segmentos ruralistas, favoráveis ao destino de uma maior porção de matas nativas à agricultura, a entidades e representantes do pensamento ambientalista, defensores de uma legislação essencialmente conservacionista.

Se aprovado o projeto, de autoria do deputado federal Moacir Micheletto (PMDB-PR), fica permitido o desmatamento de até 50% das reservas florestais da Amazônia e da Mata Atlântica e a instalação de empreendimentos imobiliários nas chamadas Áreas de Proteção Permanente, dispostas ao longo dos cursos d'água e áreas serranas já desmatadas.

REFLEXOS LOCAIS

Em Campinas, onde cerca de 98% das reservas de mata nativas já foram suprimidas, a aprovação da lei pode significar um ponto final às fu-

turas iniciativas de recuperação a serem desenvolvidas sobre as áreas marginais e os remanescentes florestais dispostos ao longo das áreas rurais da cidade.

“Isso é péssimo. Com a iminência de um colapso hídrico que já estamos enfrentando, Campinas deveria recuperar as margens dos rios e córregos com matas ciliares. Sem a proteção prevista pelo Código, os proprietários de terras vão ocupar as margens e não se preocupar em preservar essas áreas”, diz Márcia Corrêa, coordenadora da Sociedade Protetora da Diversidade das Espécies (Proesp) organização ambientalista com sede em Barão Geraldo.

De acordo com ela, o projeto também representa um atentado contra as Reservas Legais, áreas de mata nativa correspondentes a 20% do terreno das grandes propriedades e que devem ser obrigatoriamente preservadas. “O projeto permite que essas áreas sejam derrubadas para o plantio de eucaliptos e pinos, que são como espécies alienígenas num território que é formado pela Mata Atlântica”, revela Márcia.

A implantação dos Parques Lineares em Campinas, que consistem na recomposição vegetal e paisagística nas margens de córregos, também é um projeto que pode ser diretamente ameaçado pelas alterações propostas ao código. O projeto já está sendo desenvolvido ao longo do curso do Ribeirão das Pedras, em Barão Geraldo, e há proposta para ser implantado também em trechos do Rio Capivari, na região Sudoeste da cidade.

O diretor do Departamento de Meio Ambiente da Prefeitura de Campinas, Sérgio Bierrenbach, porém, garante que esses dois projetos serão mantidos. “Os demais (em outros córregos da cidade) terão

de ser analisados individualmente”, diz.

Para ele, os efeitos devastadores decorrentes da possível aprovação do novo Código Florestal sobre a cidade ainda são incertos. Ele sustenta que existem contradições entre o projeto a ser votado no Congresso e a legislação estadual, por exemplo, o que pressupõe a necessidade de se estabelecer uma interface jurídica sobre o tema. “A forma de o município se defender seria a elaboração de uma política local mais restritiva, o que prevalece sobre a legislação federal”, defende.



Vista aérea da Mata de Santa Genebra, em Campinas: mudança pode trazer prejuízos ambientais